PROJETO DE LEI Nº , DE 2015

(Do Sr, Ronaldo Martins)

Obriga as sociedades seguradoras a incluírem os servidores públicos nos contratos com cobertura por desemprego involuntário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam as sociedades seguradoras obrigadas a incluírem os servidores públicos nos contratos com cobertura por desemprego involuntário.

Parágrafo único. Para o cumprimento desta lei, consideram-se servidores públicos, além dos efetivos, os ocupantes de cargos de natureza especial e de direção e assessoramento superior.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeita seus infratores às penalidades estabelecidas pelo art. 56, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O consumidor é a parte vulnerável no mercado de consumo, conforme reconhecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 4º, inciso I.

Para contrabalançar esta vulnerabilidade, o Código inclui, entre os direitos básicos do consumidor, “a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços” (art. 6º, inciso IV).

Lembramos as disposições acima, quando observamos a ocorrência de prática bastante comum na contratação de financiamentos imobiliários e de veículos.

Nos financiamentos imobiliários e de automóveis, muitas pessoas optam por contratar também o seguro com cobertura por desemprego involuntário. Pois bem, os servidores públicos que fazem este seguro, no momento de receber o benefício, são surpreendidos pelas seguradoras com a informação de que o seguro somente é pago aos empregados celetistas e sob comprovação de baixa na carteira de trabalho.

Trata-se de prática abominável, que pretendemos coibir por intermédio desta nossa proposição, inclusive estabelecendo que aos eventuais infratores serão aplicáveis as penalidades estabelecidas pelo art. 56, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

Pelo acima exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação de nosso projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado RONALDO MARTINS